



**Pró-Reitoria de Graduação  
Curso de (Nome do curso)  
Trabalho de Conclusão de Curso**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A CONTRIBUIÇÃO DOS ENTES  
PÚBLICOS PARA A PROMOÇÃO DA TRANSVERSALIDADE**

**Autor: Mariane Santana Martins Leal  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> MSc.Cristian de Oliveira Lobo Campos**

**Brasília - DF  
2011**

**MARIANE SANTANA MARTINS LEAL**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A CONTRIBUIÇÃO DOS ENTES PÚBLICOS PARA A  
PROMOÇÃO DA TRANSVERSALIDADE**

Artigo apresentado ao curso de graduação em Pedagogia da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientadora Prof.<sup>a</sup> MSc: Cristian de Oliveira Lobo Campos

Brasília  
2011



Artigo de autoria de MARIANE SANTANA MARTINS LEAL, intitulado “GESTÃO DEMOCRÁTICA E A CONTRIBUIÇÃO DOS ENTES PÚBLICOS PARA A PROMOÇÃO DA TRANSVERSALIDADE”, apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia da Universidade Católica de Brasília, em 10 de junho de 2011, defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

---

Orientadora Prof.<sup>a</sup> MSc. Cristian de Oliveira Lobo Campos  
Pedagogia – Universidade Católica de Brasília

---

Prof.<sup>a</sup> MSc. Tatiana da Silva Portella  
Pedagogia – Universidade Católica de Brasília

Dedico este trabalho a Deus, primeiramente por estar sempre ao meu lado, me escutar e me dar à vitória, a minha família e amigos pelo grande apoio e estímulo, ao meu filho por me ceder o tempo que lhe pertencia, aos professores pelo trabalho desenvolvido e em especial o meu esposo Ricardo que caminhou junto a mim, nas mais difíceis provações e vitórias o meu sincero amor e agradecimento.

A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância. (Freire, 1996)

## **GESTÃO DEMOCRÁTICA E A CONTRIBUIÇÃO DOS ENTES PÚBLICOS PARA A PROMOÇÃO DA TRANSVERSALIDADE**

**MARIANE SANTANA MARTINS LEAL**

### **Resumo:**

O artigo define, dentro da gestão democrática, como os temas transversais podem ser desenvolvidos a partir das parcerias com os entes públicos. Nessa perspectiva saber se os projetos são desenvolvidos por demandas pontuais, sem intencionalidade de promoção dos temas transversais ou se partem de um planejamento prévio. O presente estudo pretende confrontar teoria com a realidade praticada na escola, que será analisada, a princípio, pela investigação bibliográfica e algumas experiências de relação entre os entes do Estado e a escola, na proposta da transversalidade nas escolas públicas do Distrito Federal. Foram realizadas entrevistas com os gestores de duas escolas públicas de ensino fundamental do DF. Desse modo, o trabalho foi desenvolvido com o intuito de analisar a relação entre a escola e os entes do Estado objetivando colocar em questão a possibilidade de promoção de uma educação integral conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Palavras chaves: Gestão Democrática. Temas Transversais. Transversalidade. Entes Públicos.

### **1 – INTRODUÇÃO**

O tema gestão democrática é discutido, pois, muitos estudos procuram soluções para uma transformação no sistema atual de ensino, buscam-se mudanças para a descentralização de poder, para atender a necessidade de um trabalho com ampla participação de todos os segmentos da escola, da comunidade e o envolvimento do poder público como um todo.

Neste trabalho é proposto um estudo sobre a importância da participação dos entes públicos do Distrito Federal na Gestão Democrática da escola pública, através de parcerias tendo como eixo os temas transversais. O interesse por esse estudo nasceu de experiências vividas de inúmeros trabalhos acadêmicos realizados nas escolas públicas do DF, onde em diferentes momentos notou-se a valor da participação dos entes públicos na gestão da escola pública, pois o respaldo para uma gestão democrática é assegurado, legalmente, na Constituição de 1988, “Gestão democrática do ensino público”, através do Art. 206, Inciso VI, e garantido, também, na LDB, Lei 9.394/96, nos Artigos 14 e 15, que destacam a autonomia institucional como importante forma de flexibilização da estrutura administrativa e pedagógica.

A atuação dessas parcerias na efetivação do trabalho pedagógico, especificamente, não pode ser mais que um simples agente de recursos pedagógicos e/ou promotores de eventos no ambiente escolar. É preciso que a gestão possa gerir em parceria com os entes públicos

projetos/programas a fim de desenvolver novas ações dentro de uma perspectiva de gestão democrática e participativa.

Portanto, pensar a produção deste material acadêmico foi um meio de garantir o aprofundamento das discussões, oportunizando a organização e o fortalecimento dessa parceria, com a participação de todos os segmentos educativos, a fim de ocorrer efetivamente a promoção de um trabalho educativo que favoreça positivamente ao processo de aprendizagem dentro da transversalidade.

## **1.1 CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA**

A educação no Brasil está pautada, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN, dentre outros, nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo como finalidade primeira, o desenvolvimento pleno do educando, cabendo à família juntamente como o Estado desempenhar essa função.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2001, art 2º).

Desse modo, fica claro que não existe aqui a distinção de competências entre a família ou o Estado, mas sim a idéia de parceria, ou seja, juntos assumirão a responsabilidade pelo desenvolvimento do educando.

Também é relevante destacar que ao falar de Estado não está sendo feita referência apenas à escola, mas toda a máquina administrativa do poder público, isso fica claro quando o artigo terceiro da mesma lei estabelece os princípios aplicados para ministrar o ensino, sendo citados os princípios de gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino, bem como a vinculação da educação escolar com o trabalho e as práticas sociais.

A educação não deve ser tratada como se fosse responsabilidade apenas da escola, não devendo os gestores escolares tomar suas decisões de forma unilateral, nem tão pouco a sociedade deixar para a escola o pesado fardo de garantir o desenvolvimento pleno do educando. Como estabelece na LDB:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 2001, art 1º).

Diante dos princípios que a LDB trata sobre a organização escolar, abordaremos o conceito de gestão escolar apresentando de maneira segmentada, sendo dividida em três vertentes que devem funcionar de maneira articulada e interdependente. Como define Luck (2008), a gestão pedagógica, que além de cuidar do setor educativo contribui para a proposta de metas e para elaboração dos objetivos que regem o ensino na escola, unida às respectivas linhas de atuação que analisa e avalia o desempenho do grupo escolar. A elaboração das metas no projeto político-pedagógico da escola e a promoção da normalidade pedagógica são, também, funções do gestor pedagógico, que pode ser o diretor ou coordenador da instituição.

A Gestão administrativa é responsável pela parte estrutural, física e material, da escola e, também, pelo elemento institucional concernente à documentação e secretaria e, por fim, temos a gestão de pessoas, que é responsabilidade do gestor de pessoas, e busca a garantia de satisfação da comunidade escolar e a atribuição dos direitos e deveres dessa comunidade. A articulação das três gestões simplifica o trabalho do gestor de pessoas e, conseqüentemente, da gestão escolar, de um modo geral.

Distanciando do conceito de gestão escolar, que considera simplesmente a fragmentação estrutural e funcional das três vertentes falaremos, portanto, de uma instituição que tem como atividade fim a promoção da educação em uma perspectiva macro.

O tema gestão escolar é tratado por vários autores, alguns com uma abordagem mais restrita, outros numa perspectiva mais pragmática e sociológica, da qual faremos uso nesse trabalho.

Para Lück (2000, p. 11), a gestão escolar:

[...] constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócio-educacionais dos estabelecimentos de ensino orientadas para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento.

Segundo MACHADO (2003, apud SÁTIRO, 2011, p.73): “[...] o conceito gestão participativa envolve, além dos professores e outros funcionários, pais, alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na melhoria da escola.”

Logo, pode se afirmar que inserir a democracia no ambiente escolar é um modo de fazer com que todos os indivíduos envolvidos no contexto educacional se tornem sujeitos ativos nesse processo.

A escola é o reflexo da sociedade, desse modo todos aqueles que participam de sua organização devem estar presentes no seu contexto.



Mas é preciso ir além da estrutura institucional da escola para definirmos, segundo a nossa necessidade, o conceito de gestão democrática. Para tanto recorremos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, onde trata dos princípios de participação e transparência, no Art. 14 da seguinte maneira:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

No art. 15 da LDB encontra-se o princípio da descentralização, no qual transcorre que: “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa [...]”.

Essa é uma perspectiva legalista e conceitual, para que possamos analisar sua efetividade no contexto escolar faremos uma abordagem pelo viés da transversalidade, quando buscaremos compreender a implementação dos temas transversais em um ambiente de gestão que leva em conta toda a comunidade escolar, bem como, os entes do Estado em uma perspectiva de criação de Rede de Proteção Social que “[...] são compreendidas como pessoas, grupos e instituições, chamados de nós, que se interligam. A noção é de que o conjunto das relações num sistema social pode ser representado por uma rede, por exemplo, por meio de um conjunto de pontos interligados total ou parcialmente”. (KAUCHAKJE; DELAZARI 2002, p.170). Essas são as definições que serão consideradas para desenvolvimento desse objeto de estudo.

Desse modo, podemos concluir que ao falar de gestão democrática e participativa, estamos falando do processo educativo acontecendo com o engajamento social, levando em conta as demandas do educando e de sua comunidade.

## **1.2 TEMAS TRANSVERSAIS**

De acordo com os fundamentos norteadores do Estado Democrático de Direito que são: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, estabelecidos no artigo 1º da CF e nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s, que trabalha a formação cidadã do educando através dos valores morais em seus Temas Transversais, de natureza diferente das áreas convencionais da escola. Sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para

abordá-los. Ao contrário, a problemática dos Temas Transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento.

Diante disso, optou-se por integrá-las no currículo por meio do que se chama de transversalidade: pretende-se que os temas integrem as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade.

A problemática trazida pelos temas transversais está contemplada nas diferentes áreas curriculares. Está presente em seus fundamentos, nos objetivos gerais, nos objetivos de ciclo, nos conteúdos e nos critérios de avaliação das áreas. Dessa forma, em todos os elementos do currículo há itens selecionados a partir de um ou mais temas. Com a transversalidade, os temas passam a ser parte integrante das áreas, e não externos e/ou acoplados a elas, definindo uma perspectiva para o trabalho educativo que se faz a partir delas.

Diante disso é interessante criarmos uma metodologia para trabalharmos os temas transversais através de parcerias com as entidades públicas a fim de promovermos um trabalho educativo que favoreça positivamente o processo de aprendizagem, uma educação com mais qualidade agregada ao trabalho do professor regente, um conhecimento mais abrangente dos contextos sociais da comunidade escolar.

A proposta do trabalho com os temas transversais na educação integral é construir em suas percepções a importância de considerar esses valores inerentes em sua formação cidadã e, através disso, o aluno poderá resgatar a cultura educativa, retomando os valores e tradições para formação da cidadania plena.

### 1.3 TEMAS TRANSVERSAIS PREVISTOS NOS PCN'S

Os temas transversais previstos são abordados de forma a promover a ação educativa através de preceitos que devem ser inerentes ao ser humano. Sendo eles:

**Ética** - diz respeito às reflexões sobre as condutas humanas, sendo constituída por quatro blocos de conteúdo: Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo e Solidariedade e Dignidade do ser humano, um dos fundamentos da Constituição Brasileira.

**Pluralidade Cultural** - é o investimento na superação da discriminação, conhecimento da riqueza representada pela diversidade etno-cultural do patrimônio sociocultural brasileiro, valorização da trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade.

**Meio Ambiente** – reflexão sobre como devem ser as relações socioeconômicas e ambientais, para se tomar decisões adequadas a cada passo, na direção das metas desejadas por todos: o crescimento cultural, a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental.

**Saúde** – formação para o exercício da cidadania compreendendo a motivação e a capacitação para o auto cuidado, assim como a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social.

**Orientação Sexual** - processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados.

**Temas Locais** – são temas de interesse específico de uma determinada realidade a serem definidos no âmbito do Estado, da cidade e/ou da escola. Uma vez reconhecida a urgência social de um problema local, este poderá receber o mesmo tratamento dado aos outros.

Traremos algumas experiências de relação entre os entes do Estado e a escola que é um caminho para se trabalhar a transversalidade na rede de educação pública do Distrito Federal.

**Temas Abordados: pluralidade cultural, ética, saúde, temas locais.**

#### **- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD**

O PROERD, já é parceiro das escolas públicas do Distrito Federal desde 1998, e esta parceria resulta num grande trabalho que é realizado pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF. Seu lema é “manter nossas crianças longe das drogas”. Originalmente realizado em Los Angeles (EUA), o programa chegou até o Brasil por meio das polícias militares, que o adequaram ao país, sendo hoje trabalhado em todos estados brasileiros.

O objetivo maior é enfatizar a prevenção ao uso das drogas e à violência entre crianças e adolescentes. O programa busca auxiliar os jovens na resistência às pressões diretas ou indiretas que os influenciam a experimentar drogas. Os instrutores do Proerd são Policiais Militares voluntários, capacitados pedagogicamente para desenvolver o trabalho nas escolas, em parceria com pais, professores, alunos e comunidade. Participam crianças da rede pública de ensino que cursam o 5º ano do Ensino Fundamental, por meio de aulas semanais, ao longo de um semestre letivo, contando sempre com a presença do professor em sala.

#### **- Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito - GPET**

O GPET da Polícia Militar do Distrito Federal, é bastante atuante na comunidade, desde sua criação em 1992, e tem como principal objetivo a educação de crianças para o trânsito, estimulando a consciência crítica dos futuros motoristas. As crianças são educadas a se comportarem com segurança nas pistas e rodovias, não só como pedestres, mas como futuros condutores de veículos.

O ponto de destaque da atuação do grupo é a apresentação do Teatro Rodovia, criado para educar e conscientizar as crianças sobre a necessidade de se respeitar a legislação de trânsito, por meio de uma linguagem lúdica e divertida. São atendidas crianças do ensino fundamental, objetivando influenciá-las no dia-a-dia para que sejam multiplicadores dessa ideologia, e formando em cada criança a atitude de um condutor consciente no futuro.

O projeto visa conscientizar a criança sobre a legislação, o respeito e a segurança no trânsito, ajudando-a se tornar um motorista responsável, um pedestre cuidadoso, um cidadão melhor. Campanhas educativas como a do Cinto de Segurança, Proibição do Uso de Celular, Paz no Trânsito, Faixa de Pedestre, Semana Educativa do Trânsito, Semana Nacional do Trânsito, e muitas outras fazem parte do cotidiano do grupo Rodovia. Hoje o grupo conta com 08 integrantes que trocam a farda pelo figurino de atores e interpretam personagens e agradam, não só os alunos como também os professores. Mais de 500 mil pessoas já assistiram às apresentações do grupo.

### **Temas Abordados: saúde, orientação sexual, temas locais**

#### **- Programa Saúde na Escola no DF**

O objetivo do Programa é promoção e assistência à saúde dos alunos da Educação Básica matriculados na Rede Pública do Distrito Federal, visando contribuir para a melhoria do desempenho escolar, e a promoção da qualidade de vida, diminuindo os riscos à saúde, reduzindo as vulnerabilidades sociais, promovendo a cultura da paz o enfrentamento da violência e contribuindo com a rede de proteção social para o enfrentamento da violação dos direitos humanos.

Por meio do PISE - Programa Integrado de Saúde Escolar criado em 1978, são promovidas ações voltadas para a saúde dos alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da rede pública do DF. Presta assistência médica, odontológica e nutricional, contribuindo assim para um melhor desempenho educacional.

**Assistência Médica:** promove ações de prevenção e educação nas áreas de oftalmologia e nutrição, identifica casos de doenças transmissíveis; avalia a saúde dos estudantes e distribui cartilhas informativas para prevenção de doenças transmissíveis e distúrbios de linguagem.

**Assistência Oftalmológica:** diagnostica alunos com deficiência visual, por meio do TAV - Teste de Acuidade Visual e promove a doação de óculos aos alunos com necessidade de correção visual. Acontecem nos seis consultórios de oftalmologia da Secretaria de Educação - SEDF instalados nas Diretorias Regionais de Ensino – DRE, nas cidades satélites, Plano Piloto, Taguatinga, Ceilândia e Santa Maria.

**Assistência Nutricional:** realiza avaliação antropométrica (tomada de medidas de peso e estatura) nos alunos. Após esta avaliação, com base no IMC - Índice de Massa Corporal, aqueles com suspeita de desnutrição, de sobrepeso ou de obesidade, juntamente com seus pais e/ou responsáveis, recebem atendimento individual e/ou orientação nutricional por meio de palestras com nutricionistas.

**Temas Abordados: educação ambiental, ética, pluralidade cultural, temas locais**

**- Programa de Educação Ambiental Lobo Guará**

O Programa de Educação Ambiental Lobo Guará, criado em setembro de 2003 pela Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal – PMADF tem como objetivo promover a educação ambiental para a preservação da fauna, flora e dos ambientes naturais e urbanos, entre crianças de 06 a 11 anos. O Programa é realizado por intermédio de instruções em salas de aula, ministradas uma vez por semana, ao longo do semestre letivo, contando sempre com a presença do professor. Para o desenvolvimento do Programa é utilizado o livro didático do estudante e manual do instrutor próprio da PMDF.

Dentre as dez lições ministradas, as crianças têm a oportunidade de vivenciar as problemáticas ambientais causadas pelo uso indiscriminado dos recursos naturais, passando a refletir sobre a sua importância frente à contenção dos crimes ambientais, visando sempre à mudança de hábitos para uma melhor qualidade de vida, agregando conhecimentos necessários para que possa exercer a cidadania.

Embasados na Lei 9.795/99, que trata da Política Nacional Ambiental, o Programa contém em sua estrutura educativa: palestras, oficinas, visitação ao Museu Ambiental, exposição dos animais apreendidos no cativeiro da Companhia de Polícia Militar Ambiental do DF – (CPMA), e a apresentação do teatro “Lobo Guará, o guardião do cerrado”, em que os alunos interagem com os atores, onde o tema principal refere-se ao tráfico ilícito de animais silvestres. De 2004 a 2010 o grupo já se apresentou para cerca de 35 mil pessoas.

## **2 - METODOLOGIA**

O que se busca com esse trabalho é definir, dentro da gestão democrática, como os temas transversais podem ser desenvolvidos a partir de parcerias com os entes do Estado e com isso garantir a presença destes no ambiente escolar para suprir as demandas geradas para a formação integral do educando.

A aproximação com o tema Gestão democrática e a contribuição dos entes públicos para a promoção da transversalidade ocorreu a partir das observações feitas em escolas da rede pública de ensino do DF, quando se pretendia analisar a estrutura da gestão escolar.

As escolas da Secretária de Educação do DF vêm desempenhando um trabalho pautado nos modelos de gestão democrático-participativa, buscando envolver toda a comunidade escolar e firmando parcerias com ONG's e entes do Estado.

Diante dos relatos de alguns educadores sobre a relevância dos projetos desenvolvidos principalmente pelas instituições públicas, ficaram algumas questões que se busca esclarecer através do tema.

É perceptível como a relação entre as escolas e as instituições públicas vai se estreitando a partir do momento em que um representante do ente vem para a escola para desenvolver um projeto. Como se pôde presenciar em uma das escolas observadas, onde estava sendo aplicado um ciclo do Programa Educacional de Resistência as Drogas – PROERD, o policial que desenvolvia o programa sempre colaborava com a escola nas resoluções de problemas envolvendo questões disciplinares de alunos, orientação aos pais sobre violência e ao uso de drogas além de levar informações sobre a comunidade para colaborar com o planejamento do policiamento local.

Ao pesquisar sobre a estrutura desse Programa desenvolvido pela Polícia Militar do DF, ficou latente a abordagem da transversalidade prevista nos PCN's, podendo destacar os temas: pluralidade cultural, ética, saúde, temas locais.

A partir daí surge o problema que é constatar se as escolas trabalham suas parcerias com os entes nessa perspectiva, ou se os projetos eram desenvolvidos por demandas pontuais, sem intencionalidade de promoção dos temas transversais pelos entes públicos.

A hipótese levantada é que as escolas não reconhecem as parcerias com os entes do Estado estruturadas com a finalidade de promoção dos temas transversais.

O trabalho teve início com a pesquisa bibliográfica:

Caracteriza-se a pesquisa bibliográfica pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa. (GONSALVES, 2005, p. 34)

Nessa etapa buscou-se a base para a definição da gestão escolar no Brasil, foram esmiuçados os artigos da LDB, que tratam sobre o assunto bem como a Constituição Federal, em seu Capítulo III, Seção I, artigos 205 ao 214.

Para tanto, foi preciso esclarecer os conceitos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, LUCK (2000), definindo o conceito de gestão escolar; MACHADO (2003 *apud* SÁTIRO 2011), definindo gestão participativa.

Depois de definido os modelos de gestão para embasar a discussão sobre o tema, fez-se necessário listar os temas transversais previstos pelos PCN's, para em seguida pesquisar os programas e projetos desenvolvidos pelos entes públicos do DF nas escolas da rede pública de ensino.

Essa última fase da pesquisa bibliográfica possibilitou uma análise das perspectivas de abordagem dos programas e projetos acerca dos temas transversais.

Para instrumentalizar a idéia das parcerias apresentadas neste trabalho pelas Instituições do Ensino Fundamental do Distrito Federal, foi realizada pesquisa de campo, com coleta de dados realizada por meio de conversas informais e entrevista com a equipe gestora de duas escolas públicas do DF.

As escolas estão situadas na região administrativa - Cidade Estrutural, região periférica do DF, onde funciona o Centro de Ensino Fundamental (1º ao 9º ano). E a outra instituição localiza-se na região administrativa de Taguatinga, Escola Classe (Pré-escola ao 5º ano) no setor norte.

As entrevistas semi-estruturadas tiveram duração média de uma hora e meia a duas horas, onde foi relatada a estrutura desta gestão, as parcerias existentes ou não, que projetos as escolas realizam e, se esses projetos são fixos ou se é de acordo com a demanda educativa.

O objetivo da entrevista é saber:

- qual o modelo de gestão adotado pelas escolas e como estava estruturada;
- como a escola trabalha os temas transversais;
- verificar se a escola reconhece a existência de parcerias com os entes do Estado para a promoção de projetos/programas;
- caso a escola tenha projetos com parcerias, como são firmadas essas parcerias: existe uma participação dos professores nos planejamentos desses ou eles apenas participam como monitores;
- por fim, a questão mais importante, saber se o gestor conseguia fazer a relação entre os projetos/programas com algum dos temas transversais listados nos PCN's.

### 3 – RESULTADOS

Com o propósito de realizar a entrevista com as duas gestoras das escolas públicas do Distrito Federal, dirigimos à escola A onde fomos atendidos pela gestora A, e em seguida, a escola B, onde fomos recebidos pela gestora B, que delegou, depois de esclarecido o objetivo da visita à sua supervisora pedagógica, a responsabilidade de responder pela escola a fim de colaborar com esse trabalho, de agora em diante denominada GESTORA B.

Diante disso foram propostas as seguintes questões às entrevistadas:

*Qual é o modelo de gestão da escola e como está estruturada?*

Ambas relataram trabalhar com o modelo de gestão democrática e que a equipe é formada pelos membros da equipe pedagógica e todos os segmentos da comunidade escolar. Percebe-se que as duas gestoras ressaltam a importância de uma conscientização e de um compromisso dos profissionais para que atuem e assumam responsabilidades com objetivo de superar desafios unidos, desse modo, transformando o cotidiano da escola.

Quanto à estrutura, a GESTORA A definiu como estrutura pedagógica o eixo gerador “Educação Ambiental”, que está dividido em: inclusão e desenvolvimento e sustentabilidade de onde se originam os projetos da escola estabelecidos no Projeto Político Pedagógico. Sobre estrutura administrativa, a escola conta com 33 professores, divididos em regentes e readaptados; 1 diretor; 1 vice-diretor; 1 supervisor pedagógico; 1 administrador; 1 secretário; 1 orientador; 23 auxiliares de educação, limpeza, portaria, merendeiros e readaptados; 5 monitores.

A GESTORA B, de uma forma mais simples, apresentou a estrutura da gestão da escola apenas como uma equipe formada pelos membros que precisam compor a gestão democrática, dessa forma não definindo as funções específicas de cada um, o que se percebeu durante nossa presença é que existe uma responsabilidade coletiva entre os membros da escola, pois fomos interrompidos por duas vezes por uma auxiliar lembrando-a de uma reunião com os professores, no primeiro momento ela indicou uma pessoa para substituí-la, logo em seguida, a mesma auxiliar retornou a sala onde estávamos dizendo que a pessoa indicada não estava na escola, foi quando ela indicou outra pessoa o que demonstrou que não existe uma centralização das funções.

Depois de compreendermos qual era o perfil de gestão das escolas, buscou-se conhecer como as escolas desenvolviam os temas transversais, nesse primeiro momento ainda sem mencionar a relação destes com os projetos ou programas desenvolvidos pelos entes públicos na escola.



*Como são trabalhados os temas transversais na escola? São desenvolvidos Interdisciplinarmente ou por projetos da escola?*

GESTORA A: os projetos desenvolvidos na escola estão voltados para o eixo da Educação Ambiental e estruturam-se de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, todos os projetos que existem na escola são trabalhados de maneira interdisciplinar, durante o ano letivo, buscando uma formação dinâmica e continuada dos educandos.

GESTORA B: No currículo escolar, em sua Parte Diversificada, por lei deve-se trabalhar os temas transversais, então, a cada projeto desenvolvido na escola procuramos, juntamente com os professores, abordar a temática, como forma de contextualizar o aprendizado, destaco que nos anos iniciais do Ensino Fundamental o professor regente realiza essa dinâmica, trabalhando de forma interdisciplinar.

Nos anos finais do Ensino Fundamental temos um professor responsável por toda a parte diversificada do currículo, ele é responsável por dinamizar o conteúdo e promover a interdisciplinaridade com os projetos e programas que são realizados em parceria com a comunidade, os entes do Estado e ONG's.

A partir desse último ponto da resposta da GESTORA B, identificamos vestígios que sinalizam para a relevância do trabalho, a presença dos entes do Estado na escola com a promoção de projetos envolvendo a transversalidade.

Desse modo, com referência aos entes do Estado foi questionado:

*Existem parcerias com Entes do Estado ou Comunidade Civil? Quais? E como funciona?*

GESTORA A: Sim. Alguns de nossos parceiros são entidades religiosas, comerciantes e empresas estatais, atuando com projetos que envolvem a participação da comunidade escolar, como ações globais, stands sobre qualidade de vida e jogos.

Através de sua resposta a GESTORA A, sinaliza para a comprovação da hipótese, ou seja, “as escolas não reconhecem as parcerias com os entes do Estado estruturadas com a finalidade de promoção dos temas transversais”. Fica claro que a gestora escolar se quer distingue o que é ente do Estado de instituições religiosas, pois afirma diante da pergunta mencionada acima que tem parcerias com tais entes, mas só cita nomes de instituições religiosas e parcerias realizadas com comerciantes.

GESTORA B: Na escola existem vários projetos que envolvem a comunidade. A escola funciona praticamente de domingo a domingo, são desenvolvidos aproximadamente doze projetos dirigidos por colaboradores da comunidade, alunos de universidades, pelo SESC-DF e SENAC-DF, ONG's. Quanto aos entes públicos, a escola tem parceria com o BATALHÃO ESCOLAR com o Projeto de ciclo de palestras contra o Bullying; Departamento de Trânsito

do DF, com palestras e teatro; Sub-Secretaria de Programas Comunitários – SUPROC, com os projetos “Picasso não Pichava” e “Esporte à Meia Noite”; Conselho Tutelar, com o acompanhamento de alunos em situação de risco; PMDF com o PROERD e CREAS-DF e CRES-DF prestando assistência sócio-educativa às crianças que realizam trabalhos na comunidade.

Na escola B, percebemos uma presença mais eficaz dos entes públicos e uma clareza maior de como as relações entre escola e esses entes devem acontecer. Pela fala da GESTORA B chegamos à conclusão, que esta escola há efetivamente o envolvimento dos entes do Estado na promoção dos temas transversais e, com isso, a construção de uma rede de proteção social. Concluimos que a escola já amadureceu para essa vivência através do seu contexto, porém, ainda não existe esse reconhecimento declarado por parte tanto da escola quanto dos entes do Estado que enxergam essas parcerias apenas como uma promoção de ações sociais e não como ações educativas continuadas.

Isso pode ser comprovado no Projeto Político Pedagógico da escola pegando como exemplo o PROERD que alcança com a sua estrutura curricular, quase que todos os temas transversais, porém não consta no PPP da escola, ou seja, não existe a garantia de sua aplicação todo ano aos alunos de 5º ano. Portanto, não existe uma relação de continuidade nas ações e o comprometimento por parte dos entes.

Após a instigante discussão sobre as formas de parcerias promovidas pela escola, buscamos analisar como tais projetos/programas se relacionam com os temas transversais na visão do gestor escolar.

*Você percebe alguma relação desses projetos e/ou parcerias com os temas transversais: ética, saúde, pluralidade cultural, educação ambiental, orientação sexual, temas locais. Relacione por projeto?*

GESTORA A: Os projetos são estruturados visando todos os temas acima descritos.

GESTORA B: A maioria dos projetos/programas desenvolvidos na escola parte da demanda da comunidade escolar, ou seja, à medida que os professores trabalham os conteúdos surge à oportunidade de inserção dos projetos/programas, que muitas vezes são muito específicos. “Uma situação ao qual analisamos é de uma professora ao chegar à escola propôs uma gincana para promoção do tema educação ambiental, a partir de uma experiência realizada em uma escola da Ceilândia. A proposta era uma ação que os alunos trariam maior número de garrafas pet e latinhas para a escola. Mas em uma das coordenações coletivas os professores veteranos destacaram que essa ação provocaria conflitos em casa, pois muitas famílias dessa

comunidade sobrevivem da coleta desses recicláveis. Diante disso chegou se a conclusão de que deveria ser desenvolvida uma proposta específica para o público da escola”.

Segundo a GESTORA B todos os projetos/programas aderidos pela escola passam por essa análise de relevância.

Para termos uma compreensão de como essas idéias e demandas são desenvolvidas pela escola e parceiros, buscou-se analisar o seu planejamento, através da participação dos professores:

*Os professores regentes, os coordenadores e demais, colaboram no planejamento desses projetos/programas ou só monitoram?*

GESTORA A: Participam ativamente do planejamento e de sua execução.

Quando a GESTORA A, afirma a participação ativa dos professores no planejamento, percebe-se pela sua fala que essa consideração é feita com base nos programas que partem das instituições religiosas, pois, a observação em *lócus* percebeu que a maioria dos programas/projetos dos entes do Estado já chegam prontos para serem aplicados na escola.

GESTORA B: Normalmente são os professores que diagnosticam as demandas internas. Sobre o planejamento os professores participam quando há a necessidade. Se não participarem no planejamento buscam sempre acompanhar a aplicação para promover a interdisciplinaridade a partir das abordagens realizadas.

#### **4 - CONCLUSÃO**

Ao chegar ao término dessa primeira fase de iniciação científica, percebi que o tema ainda merece muita dedicação, pois no decorrer de minhas investigações bibliográficas constatei que existem pouquíssimas abordagens a cerca do assunto aqui investigado.

Sobre a hipótese levantada, “As escolas não reconhecem as parcerias com os entes do Estado estruturadas com a finalidade de promoção dos temas transversais”. Cheguei até ela depois de algumas observações em *lócus*, quando percebi que muitas vezes os executores dos projetos/programas já chegavam até a escola com tudo pronto e a escola tinha uma postura muito passiva diante dos trabalhos desenvolvidos.

Mas, por outro lado fui percebendo o quanto essas parcerias são relevantes e promissoras para a escola, se fossem conduzidas de uma forma mais ativa e em uma perspectiva educacional continuada e não de assistência social somente.

Daí surgiu o título do artigo: “Gestão democrática e a contribuição dos entes do Estado para a promoção da transversalidade”.

Ao longo deste estudo foi crescendo cada vez mais a certeza de que a escola precisa construir parcerias com entes do Estado voltados para a promoção da formação integral do indivíduo. Todos devem entender que a gestão democrática baseia-se na ação coletiva, capaz de se viabilizar como governo, escola e comunidade participando conjuntamente e dividindo responsabilidades pelo futuro da educação no Brasil.

Os PCN's (1998) trazem em seu texto a importância dos entes públicos para a intervenção educativa. Podemos encontrar no texto:

“o contato com as instituições e organizações compromissadas com as questões apresentadas pelos Temas Transversais, que desenvolvem atividades de interesse para o trabalho educativo, é uma rica contribuição, principalmente pelo vínculo que estabelece com a realidade da qual se está tratando. Por outro lado, representa uma forma de interação com o repertório sociocultural, permitindo o resgate, no interior do trabalho escolar, da dimensão de produção coletiva do conhecimento e da realidade.” (BRASIL, 1998, p.38)

Hoje a escola se depara com vários problemas para promoção de uma educação de qualidade.

- O pouco tempo para desenvolver o currículo proposto para cada série ou ciclo, tendo em vista a grande quantidade de conteúdo que o professor precisa cumprir sobre controle de avaliações externas, dessa forma comprometendo o desenvolvimento dos temas transversais.

É uma dicotomia, se a escola opta por uma formação mais pautada na transversalidade, muitas vezes compromete os resultados das avaliações, porém, quando objetiva apenas resultados quantitativos nestes instrumentos de controle de qualidade tendem a tratar os temas transversais em segundo plano;

- A falta de profissionais de apoio para a realização do trabalho docente, o que muitas vezes compromete o tempo a ser dispensado aos conteúdos, pois, todos os problemas com o educando acabam interferindo no contexto da sala de aula;

- A ausência da família no ambiente escolar devido às novas demandas sociais da atualidade. Esse é um problema que a escola tem enfrentado nas duas últimas décadas, pois, devido à nova configuração das famílias tem se tornado cada vez mais comum a ausência de pai e mãe do seio familiar por necessidade de trabalho ou ainda crianças criadas por apenas um dos pais.

- Omissão dos entes do Estado ao trabalho de apoio nas escolas devido ao distanciamento e/ou falta de comprometimento com o trabalho educativo.

Diante dessas observações é importante destacar que um dos objetivos desse trabalho foi analisar e propor uma forma de mudança dessa realidade dentro da perspectiva de gestão democrático-participativa, demonstrar outra forma de se trabalhar a transversalidade no

currículo escolar. Através de uma proposta de criação de rede proteção social, trazendo para escola os demais entes do Estado para que cada um possa participar da formação cidadã do educando, cada um com a sua parcela de competência.

Então precisamos refletir nesses projetos como parte do Projeto Político Pedagógico da Escola, para garantir a continuidade das ações e com isso à permanência dos entes na escola.

Outra consideração relevante seria o desenvolvimento desses projetos/programas em horários inversos ao turno do ensino regular, dessa forma promovendo a educação integral do educando conforme prevê a LDB, colaborando também para uma escola de tempo integral e aberta, onde exista uma ação macro do Estado, protegendo o docente, o discente, a família, e toda a comunidade escolar.

Ou seja, com a proposta de criação de uma rede de proteção social juntamente às Secretarias do Distrito Federal seus agentes terão que promover através de seus agentes, educação de qualidade dentro da escola, tendo informações mais efetivas das problemáticas existentes em toda a comunidade, que lhes competem resolver. Desse modo, sendo provocada a resolvê-las com mais urgência através de parceiras efetivas no ambiente escolar, unindo as responsabilidades em prol de uma vida saudável e digna.

Para concluir, quero deixar registrado que essa curta vivência me aproximou um pouco mais da minha área de referência profissional, a gestão escolar, e com isso descobre o quanto pode ser feito pela educação no Brasil, partindo de um viés de uma gestão democrático-participativa que a construção de redes de proteção social através de parcerias. Nesse novo cenário que se constrói em nosso país, todos os entes públicos que legalmente têm competência pela educação é hora de se desafogarem das burocracias e assumirem suas responsabilidades sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **LDB: Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9.394, de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e legislação correlata – 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

LUCK, Heloisa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**, Curitiba: Editora Positiva, 2008.

\_\_\_\_\_, Heloisa *et al.* **Pedagogia interdisciplinar: Fundamentos teórico-metodológicos**. 8. ed. São Paulo: Vozes, 2000.

SÁTIRO, Daiana. **Gestão Escolar Compartilhada: a experiência na rede de ensino público do Distrito Federal**. Brasília, DF: Ex Libris, 2011.

KAUCHAKJE, Samira; DELAZARI; Luciene Stamato. Revista Tecnologia e Sociedade. **Análise de Redes de Proteção Social na Cidade de Curitiba: Visualização Cartográfica como Estratégia Metodológica**. Disponível em: [http://www.ppgte.ct.utfpr.edu.br/revistas/tecsoc/rev04/08\\_analise\\_de\\_redes\\_de\\_protecao\\_social\\_na\\_cidade\\_de\\_curitiba.pdf](http://www.ppgte.ct.utfpr.edu.br/revistas/tecsoc/rev04/08_analise_de_redes_de_protecao_social_na_cidade_de_curitiba.pdf). Acesso em 26 de maio de 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.436 p.

PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA – PROERD. **Polícia Militar do DF**. Disponível em: [http://www.pmdf.df.gov.br/?pag=acoes\\_sociais/proerd](http://www.pmdf.df.gov.br/?pag=acoes_sociais/proerd). Acesso em 19 de maio de 2011.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL LOBO GUARÁ. **Polícia Militar Ambiental do DF**. Disponível em: [http://www.pmdf.df.gov.br/?pag=acoes\\_sociais/loboGuara](http://www.pmdf.df.gov.br/?pag=acoes_sociais/loboGuara). Acesso em 19 de maio de 2011.

GRUPO DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO (GPET). **Polícia Militar do DF**. Disponível em: [http://www.pmdf.df.gov.br/?pag=acoes\\_sociais/teatroRodovia](http://www.pmdf.df.gov.br/?pag=acoes_sociais/teatroRodovia). Acesso em 19 de maio de 2011.

GERÊNCIA DO PROGRAMA DE SAÚDE ESCOLAR - GSE. **Secretaria de Estado de Educação do DF**. Disponível em : [http://www.se.df.gov.br/300/30001007.asp?ttCD\\_CHAVE=13412](http://www.se.df.gov.br/300/30001007.asp?ttCD_CHAVE=13412). Acesso em 19 de maio de 2011.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 4. ed. Campinas, SP, Alínea, 2005, 80p.